

Corrupção

OPERAÇÃO ANACONDA

Envolvidos desde os precatórios

Empresários inocentados por Rocha Mattos no escândalo financeiro agora são suspeitos de obter vantagens na Justiça

MARCO ANTÔNIO MARTINS

SÃO PAULO – Há pelo menos seis anos, o juiz João Carlos da Rocha Mattos, ex-titular da 4ª Vara Criminal Federal de São Paulo, conhece boa parte de empresários, advogados e policiais federais, sus-

peitos de se beneficiarem das decisões da Justiça num esquema que veio à público, há duas semanas, na chamada Operação Anaconda. Rocha Mattos foi o responsável por julgar e inocentar acusados de envolvimento num dos maiores escândalos de desvio

do dinheiro público do país: os precatórios, em 1997.

Empresários como Sérgio Chiamarelli Júnior e Wagner Rocha, o Peru, ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo, denunciados pelo Ministério Público Federal, foram alguns dos

que obtiveram benefícios do juiz nos precatórios. Na época, Chiamarelli era diretor da Split DTVM Ltda, de propriedade de Enrico Piccioto, que consta de um dos relatórios da Polícia Federal sobre a Anaconda.

As ações suspeitas da Split

começaram quando a empresa ganhou a licitação para a venda de radares para o controle do trânsito nas prefeituras de São Paulo, Campinas, Alagoas, Santa Catarina e Pernambuco. Curiosamente, as cinco cidades investigadas pela CPI dos Precatórios. No

caso de Pernambuco chegaram a ser pagos R\$ 301,7 milhões em títulos públicos.

Mas a estreita relação entre os dois escândalos – Precatórios e Anaconda – não pára por aí. Em 1997, a Polícia Federal investigou Wagner Rocha por causa da empresa Sierra Factoring, usada para enviar dinheiro para fora do país. Cálculos iniciais dão conta que, pelo menos, US\$ 2,5 milhões foram enviados a paraísos fiscais, através da empresa com sede na Avenida 24 de Maio, em São Paulo.

Um dos sócios da Sierra Factoring é Salvador de Oliveira Claramunt, avô do doleiro Antonio Oliveira Claramunt, conhecido como *Toninho Barcelona*, investigado na Operação Anaconda e suspeito de ser o principal responsável por enviar dólares para os Estados Unidos, Suíça, Áustria e Uruguai. Procurado pela polícia, Toninho conseguiu um habeas-corpus do Supremo Tribunal Federal (STF).

A rede de relacionamentos chega ainda, segundo os policiais federais, ao advogado do doleiro, Carlos Alberto da Costa e Silva, responsável por seus processos na Justiça Federal, preso preventivamente. Ele é procurador de uma empresa offshore, sediada no Uruguai, que cedeu o apartamento onde o juiz Rocha Mattos mora, sem pagar o aluguel.

– O problema em São Paulo é que o Estado e o crime estavam se confundindo – afirma um agente que atuou nas investigações.

O que se viu é que passados seis anos, os mesmos acusados num escândalo voltam a se envolver em outro. A Polícia Federal, em São Paulo, começou a investigar o grupo há seis anos, no caso dos precatórios. A inocência na Justiça coincidiu com a dissolução da equipe responsável pelo inquérito. O delegado Dirceu Bertin assumiu as investigações, que não andaram. Há 15 dias, Bertin foi afastado do cargo de corregedor por suspeita de que atuaria no direcionamento de inquéritos policiais em benefício do grupo.

No relatório do setor de Inteligência da PF de Brasília obtido pelo *Jornal do Brasil*, há informações de que o grupo se reuniria para planejar o recebimento de propinas, no valor de US\$ 100 mil, ou discutir decisões de Rocha Mattos.

Além dos empresários, participariam dos encontros o delegado José Augusto Bellini, responsável pelo setor de emissão de passaportes da PF, em São Paulo, e o agente César Herman Rodriguez, que segundo o Ministério Público Federal, seria o executor das ações da quadrilha.

Operação Anaconda

A INVESTIGAÇÃO

O Ministério Público Federal e a Polícia Federal investigam, há um ano e meio, um suposto esquema de venda de sentenças judiciais, além de corrupção envolvendo delegados, empresários e advogados. A operação foi batizada de Anaconda

ESCUTAS

Escutas realizadas pela Diretoria de Inteligência da Polícia Federal em Brasília produziram mais de 138 conversas gravadas. Foram 181 linhas monitoradas de 80 pessoas

DENÚNCIA

Com base nas escutas, o Ministério Público Federal ofereceu, em 13 de outubro de 2003, quatro denúncias ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região contra juízes, advogados, empresários e policiais. A Justiça determinou a prisão preventiva de nove deles

PRESOS

Foram presos o juiz João Carlos da Rocha Mattos, o delegado federal José Augusto Bellini, o delegado aposentado Jorge Luiz Bezerra da Silva, o agente federal César Herman Rodriguez, os advogados Carlos Alberto da Costa Silva e Affonso Passarelli Filho e os empresários Sérgio Chiamarelli Júnior e Wagner Rocha, além da ex-auditadora da Receita e ex-mulher de Rocha Mattos, Norma Regina Cunha

AFASTADOS

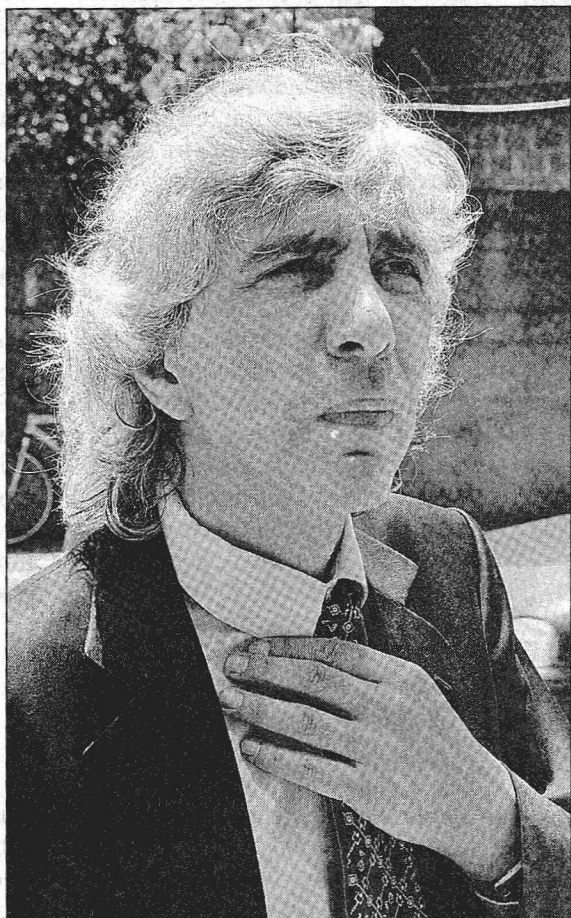
Os irmãos e juizes federais Ali e Casem Mazloum aguardam a investigação fora dos seus cargos

DINHEIRO

Suspeita-se que, pelo menos, US\$ 70 milhões tenham sido enviados por doleiros para bancos na Suíça, Uruguai, Estados Unidos e Áustria

ANACONDA

É uma cobra mais conhecida como sucuri. A Polícia Federal já havia montado uma operação com este nome, em março deste ano, para prender policiais federais. O animal envolve a presa e a comprime até matá-la quebrando seus ossos



O JUIZ Rocha Mattos (E) e o delegado Bellini foram indiciados pela Operação Anaconda. Convocado para depor, Bellini alegou doença para escapar



São Paulo – Fotos Agência Folha